



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

MINUTA 089/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ____/2021
PROCESSO N.º 14477/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 95/2021
SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA ATUAÇÃO JUNTO A UNIDADE DE REFERÊNCIA EM COVID
– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE –

Contrato Administrativo que fazem entre si como:

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE ERECHIM, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob n.º 87.613.477/0001-20, neste ato representado, com amparo no Decreto Municipal n.º 5.111 de 05 de Janeiro de 2021, pela Secretária Adjunta de Administração, Senhora IZABEL CRISTINA ROCHA MARINHO RIBEIRO, brasileira, casada, funcionária pública municipal, e pela Secretária Adjunta de Saúde, Senhora ECLESAN ANA PALHÃO, brasileira, solteira, enfermeira, ambas residentes e domiciliadas nesta cidade.

CONTRATADA - _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede na Rua _____, _____, Cidade de _____, neste ato representada por seu _____, Senhor _____, _____, _____, inscrito no CPF sob n.º _____, CI n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, Cidade de _____.

O presente Contrato obedece as seguintes cláusulas e condições:

1 – DO OBJETO –

1.1. É objeto do presente contrato a prestação de serviços médicos e de enfermagem, para atuação junto a Unidade de Referência em COVID, nos termos da Medida Provisória 1.047/2021, através da Secretaria Municipal de Saúde com Recursos CUSTEIO - Atenção Básica.

1.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Item	Qtd/Uni	Preço Unitário	Preço Total	Especificação
------	---------	----------------	-------------	---------------

1 6,0000 M _____ _____

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos e enfermagem em atendimento COVID, que atuarão na Unidade de Referência COVID para ampliar a estrutura de recursos humanos e suprir a demanda devido o agravamento da crise de saúde em decorrência da pandemia, para trabalharem de segunda a sexta-feira pelo período de até 6 (seis) meses, a contar da liberação do Gestor do Contrato, podendo ser prorrogado por igual período e rescindido antes se a pandemia regredir, sendo:

- 02 (dois) Médicos, com carga horária de 12 horas cada ou 04 (quatro) Médicos, com carga horária de 06 horas, totalizando 24 horas/dia de serviços médicos, das 07hs30min às 19hs30min de segunda a sexta-feira;
- 05 (cinco) Enfermeiros, com carga horária de 06 horas cada, totalizando 30 horas/dia de serviços de enfermagem, de segunda a sexta-feira, com carga horária de 30 horas semanais;
- 10 (dez) Técnicos de Enfermagem, com carga horária de 06 horas cada, totalizando 60 horas/dia de serviços de técnicos de enfermagem, de segunda a sexta-feira com carga horária de 30 horas semanais.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

A Unidade Municipal de Referência COVID está situada a Rua Alemanha n° 985, Erechim RS.

Valor por hora/médico: R\$ _____

Valor por mês/médico: R\$ _____

Valor por mês/enfermeiro: R\$ _____

Valor por mês/técnico em enfermagem: R\$ _____

VALOR GLOBAL MENSAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ _____

2 – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO REAJUSTAMENTO –

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, a contar da liberação da Gestora do Contrato, podendo ser prorrogado por igual período e rescindido antes, caso não haja mais necessidade dos serviços por parte do CONTRATANTE, de acordo com o Art. 14, da MP n° 1.047/2021.

2.2. Antes do início da prestação dos serviços, para liberação, a CONTRATADA deverá apresentar a Gestora Contratual os seguintes documentos:

- a) Relação detalhada dos profissionais médicos da empresa que prestarão os serviços, além daquele já indicado na documentação de habilitação;
- b) Registro no Conselho Regional de Medicina – CRM, em vigor, de todos os profissionais médicos indicados na alínea anterior;
- c) Certidão de Regularidade junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, de todos os profissionais médicos indicados na alínea “a” deste item;
- d) Relação detalhada de todos os profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem que prestarão os serviços;
- e) Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, em vigor, de todos os profissionais de enfermagem indicados na alínea anterior;
- f) Certidão de Regularidade junto ao Conselho Regional de Enfermagem - COREN, de todos os profissionais de enfermagem indicados na alínea “d” deste item;
- g) Comprovação de vínculo empregatício com todos os profissionais indicados que executarão os serviços contratados;

2.3. Os serviços da Unidade de referência COVID, funcionarão durante toda a prestação de serviços, em caráter regular, de segunda a sexta feira, atualmente das 07:30 as 19:30 horas, inclusive em dias de Ponto Facultativo Decretado pelo Município.

2.3.1. Durante o horário de funcionamento da Unidade de Referência COVID, estabelecido atualmente das 07:30 as 19:30 horas, é condição obrigatória a presença de todos os profissionais solicitados, durante todo o horário de atendimento, sem nenhuma interrupção nos atendimentos, não sendo permitida a ausência de profissionais nas trocas de turno.

2.3.2. A Unidade Municipal de Referência COVID está situada a Rua Alemanha n° 985, Bairro Centro, Erechim/RS.

2.4. É obrigação da CONTRATADA fornecer com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência a escala com indicação de todos os profissionais que executarão os serviços, contemplando o período de 30 (trinta) dias.

2.5. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, a qualquer tempo, profissional ou prestador de serviços que não esteja desempenhando adequadamente as funções profissionais ou não esteja cumprindo as regras gerais da Unidade de Referência COVID, após solicitação formal e fundamentada da Gestora Contratual.

2.6. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o emprego de pessoal e mão de obra, incluindo o pagamento de despesas e equipamentos utilizados, especificamente os de proteção individual, sendo que os ônus e obrigações não poderão ser transferidos ao Contratante, em qualquer hipótese.

3 – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA –

3.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____ (_____) por hora/médico; R\$ _____ (_____) por mês/médico; o valor de R\$ _____ (_____) por mês/enfermeiro; e o valor de R\$ _____ (_____) por mês/técnico em enfermagem: totalizando R\$ ____ (____) mensal, e R\$ ____ (____) para 06 meses de contrato. Os pagamentos serão feitos em moeda corrente nacional.

3.2. Os pagamentos serão efetuados pela quantidade de horas efetivamente trabalhadas e comprovadas, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação, até o terceiro dia útil do mês, da respectiva Nota Fiscal que deverá obrigatoriamente conter o número de horas trabalhadas de cada profissional durante o mês vigente e Atestado de Execução emitido pela Gestora do Contrato. O período de prestação de serviço a ser considerado deverá ser de



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

01 a 30 de cada mês, para tanto, a empresa deverá, obrigatoriamente, emitir a Nota Fiscal de cobrança até o terceiro dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, a fim de que os trâmites internos sejam agilizados.

3.2.1. Serão pagas apenas as horas efetivamente trabalhadas e comprovadas.

3.3. Nos preços cotados devem estar incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

3.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.4. Haverá retenção nos termos da legislação previdenciária vigente, com repasse dos percentuais ao INSS, assim como, quando for o caso, será retido o Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme legislação pertinente.

3.5. A CONTRATADA compromete-se a efetuar, com rigorosa pontualidade, os recolhimentos legais, relativos ao INSS, PIS FGTS e outros, fornecendo, antes do recebimento dos valores a que tem direito, cópia autenticada dos respectivos comprovantes do mês anterior, devidamente quitados, sem o que não serão liberados os valores correspondentes.

3.6. Será obrigatória a comprovação mensal pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, do recolhimento dos encargos advindos da Previdência Social – INSS, com o quadro funcional da CONTRATADA que vier a atender ao objeto do presente Contrato e do Edital, eis que, assume responsabilidade exclusiva, sob pena de rescisão contratual.

3.7. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente uma relação do pessoal que trabalha na prestação dos serviços contratados, para o recebimento de cada parcela, acompanhada dos comprovantes dos pagamentos previdenciários e trabalhistas de cada um. Das pessoas não constantes nas relações subsequentes, deverá ser apresentada a respectiva rescisão, se não comprovado que continua na empresa em outra atividade.

3.8. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

3.9. Como prestação de garantia, a CONTRATADA fica obrigada a se fazer presente junto à Tesouraria do Município, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento de cada parcela, para proceder o pagamento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) de caução sobre o valor recebido, ou apresentar qualquer outra modalidade de garantia prevista no artigo 56, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato. A importância será liberada ou restituída após a execução do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

3.9.1. A CONTRATADA terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a execução do contrato, para retirar, junto à Secretaria da Fazenda, a caução prestada.

4 – DO EMPENHO DA DESPESA –

4.1. As despesas resultantes da execução deste contrato serão atendidas através da seguinte Dotação Orçamentária:

09.01.10.301.0008.2038.3.1.90.34.01.00.00

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA –

5.1. A CONTRATADA fica obrigada a prestar os serviços contratados conforme especificações do Edital do Pregão Presencial n.º 001/2021, Anexo I e em consonância com a proposta de preços.

5.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.3. A CONTRATADA fica obrigada a providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.

5.4. A CONTRATADA fica obrigada a arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

5.5. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e com a MP 1.047/2021.

5.6. A CONTRATADA fica obrigada a arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por sua conta exclusiva.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

5.7. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

5.8. É vedado à CONTRATADA a subcontratação total ou parcial do contrato com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato.

6 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS –

A aplicação de penalidades à CONTRATADA reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo IV – Das Sanções Administrativas da Lei Federal n.º 8.666/93 e conforme o Decreto Municipal n.º 3.198/07.

6.1. Caso a CONTRATADA se recuse a prestar o serviço contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

- a) advertência, por escrito;
- b) multa sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.1.1. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

6.1.2. Vencido(s) o(s) prazo(s), o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA comunicando-a da data limite.

6.1.3. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada as sanções de que trata o subitem 6.1.

6.1.4. A sanção de advertência será aplicada, por escrito, caso a inadimplência ou irregularidade cometida pela CONTRATADA acarrete consequências de pequena monta.

6.1.5. Pela inexecução total da obrigação, o CONTRATANTE rescindir o contrato, podendo aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

6.1.6. Em caso de inexecução parcial da obrigação, poderá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

6.1.7. No caso de reincidência, ou em situações que causem significativos transtornos, danos ou prejuízos à Administração, será aplicado à CONTRATADA que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

6.1.8. Caracterizada situação grave, que evidencie dolo ou má-fé, será aplicada à CONTRATADA a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

6.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do CONTRATANTE, pela CONTRATADA, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

6.2.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

6.3. A aplicação de multas, bem como a rescisão do contrato, não impedem que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no subitem 6.1.

6.4. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

7 – DO GESTOR DO CONTRATO –

7.1. Será gestora do presente contrato, a Senhora **NEUSA TERESINHA FERRARI**, nos termos do art. 6º do Decreto Federal nº 2.271 de 07 de julho de 1997, assumindo responsabilidades pelos serviços respectivos à sua Secretaria, mediante assinatura no(s) Empenho(s) correspondente(s), fazendo, para tanto, acompanhamento, fiscalização, recebimento e



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

conferência, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

8 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL –

8.1. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos do Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito a obediência dos princípios que norteiam a Administração Municipal.

8.2. A Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações regerá as hipóteses não previstas neste contrato.

9 – DA VINCULAÇÃO A LICITAÇÃO –

9.1. O presente instrumento foi lavrado em decorrência da Licitação na Modalidade Pregão Presencial n.º 95/2021 ao qual vincula-se, bem como, aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do Processo Administrativo n.º 14477/2021.

10 – DA COBRANÇA JUDICIAL –

10.1. As importâncias devidas pela CONTRATADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

11 – DA RESCISÃO –

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

12 – DO FORO –

12.1. As partes elegem de comum acordo, o Foro da Comarca de Erechim para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

ERECHIM/RS, ____ DE ____ DE 2021.

IZABEL CRISTINA ROCHA MARINHO RIBEIRO
Secretária Adjunta de Administração

CONTRATADA
CNPJ nº _____

ECLESAN ANA PALHÃO
Secretária Municipal Adjunta de Saúde

NEUSA TERESINHA FERRARI
Gestora Contratual

TESTEMUNHAS: _____